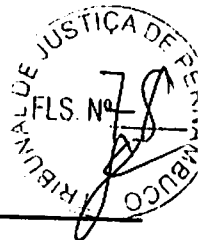




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0203983-0

195

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: LINDACY FERREIRA DA COSTA NEVES

PACIENTE: JOSÉ IVALDO RAMOS

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

5310
EMENTA: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A PRISÃO. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. WRIT DENEGADO. UNANIMIDADE.

1. O alegado excesso de prazo não resta configurado quando o feito tramita dentro dos parâmetros da razoabilidade. Constrangimento ilegal não caracterizado.
2. A almejada liberdade provisória não se vislumbra plausível, ante as informações trazidas aos fólios. Ademais, é necessário frisar que o fato de o paciente ostentar os predicados necessários à concessão de tal benefício não é suficiente quando existem circunstâncias outras que recomendam a manutenção da custódia processual. *In casu*, restou

patente a gravidade do delito, que foi perpetrado mediante violência e uso de uma arma branca.



3. *Habeas Corpus* denegado, por unanimidade.

ACÓRDÃO

196

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 203983-0, onde figura como paciente José Ivaldo Ramos, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar a ordem pleiteada**, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 26 de janeiro de 2010.


Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

197

PROCESSO Nº 0203983-0

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: LINDACY FERREIRA DA COSTA NEVES

PACIENTE: JOSÉ IVALDO RAMOS

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

RELATÓRIO

A bela. Lindacy Ferreira da Costa Neves impetrou o presente *habeas corpus* em favor de JOSÉ IVALDO RAMOS, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Buenos Aires.

Na inicial, a impetrante alegou que o paciente foi preso no dia 30 de setembro de 2009 pela suposta prática do crime previsto no art. 129, §3º do Código Penal (lesão corporal seguido de morte), encontrando-se segregado há mais de 60 (sessenta) dias.

Argumentou que o paciente está sendo submetido a constrangimento ilegal em virtude do excesso de prazo na custódia e diante da ausência de justa causa para prisão preventiva.

Asseverou, outrossim, que foi formulado pedido de liberdade provisória, que restou denegado, apesar de o paciente preencher os requisitos exigidos para a concessão de tal benefício.

Requeru, pois, a concessão da presente ordem com expedição do alvará de soltura em favor do paciente.



O pleito liminar restou indeferido por esta Relatoria, às fls. 43/44.

198

A autoridade apontada como coatora, solicitada a prestar informações, relatou como se deu o curso do processo que tramita em desfavor do paciente às fls. 51/52, colacionando cópias da denúncia, auto de prisão em flagrante e interrogatório do paciente perante a autoridade policial às fls. 53/64.

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou através do parecer de fls. 69/74 pela denegação da ordem, não vislumbrando o alegado constrangimento ilegal.

É O RELATÓRIO.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

199

PROCESSO Nº 0203983-0

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: LINDACY FERREIRA DA COSTA NEVES

PACIENTE: JOSÉ IVALDO RAMOS

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

V O T O

Consoante acentuado no relatório, a impetrante pleiteia, em síntese, a restauração da liberdade do paciente, argumentando que há excesso de prazo e falta de justa causa para a prisão, além de levantar o argumento de que o citado paciente faz jus à concessão da liberdade provisória.

Depreende-se dos fólios e das informações judiciais às fls. 51/52 que o paciente foi denunciado em 15 de outubro de 2009 por infração ao art. 121, §2º, II e IV do Código Penal. A Magistrada *a quo* relatou, ainda, que:

“(…)

(...) em 28 de outubro de 2009 foi expedida Carta Precatória para a Comarca de Itapissuma - PE com a finalidade de citar o acusado, sem devolução até a presente data, estando este Juízo aguardando a oferta de defesa preliminar, fazendo observar que a advogada constituída nos autos tem poderes expressos para oferta de defesa preliminar.

Em 21/12/2009 determinei a intimação da advogada constituída para oferta de defesa preliminar, encontrando-se o presente feito na secretaria do Juízo aguardando a prática do ato."



Ora, diante de tais esclarecimentos, a indignação da impetrante não encontra guarida.

200

Primeiramente, no que concerne ao alegado excesso de prazo, não resta caracterizado qualquer constrangimento ilegal, vez que, como visto, o feito vem tramitando dentro dos parâmetros da razoabilidade. E, ainda que se registrasse alguma mora significativa no andamento do processo, esta poderia ser atribuída à própria defesa do paciente, que tarda em oferecer a defesa preliminar.

Relativamente à alegação de falta de justa causa para a prisão, tenho que igualmente não merece amparo. Ora, ressaí dos autos que a materialidade e autoria delitivas restam patentes, além de estarem presentes os requisitos ensejadores da custódia preventiva.

Analisando a decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória formulado em favor do paciente, verifica-se que o Juízo apontado como coator justificou a necessidade da custódia na garantia da ordem pública, *verbis*:

"JOSÉ IVALDO RAMOS formulou pedido de liberdade provisória; dos seus argumentos, sobressai o de que não há motivos a autorizar a prisão preventiva.

O ministério público se posicionou desfavoravelmente a esse pleito.

Aprecio.

(...)

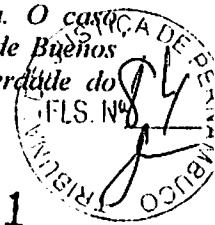
O réu foi preso em flagrante delito.

Pois bem. Nos fôlios, há prova da materialidade criminosa e o indício de autoria recai sobre o réu.

De outro lado, a privação de liberdade de JOSÉ IVALDO RAMOS se fez pela flagrância criminosa e continua a ser justificada, entendendo, para garantir a ordem pública; o cárcere impede a prática de outros atos graves e assim se preserva o meio social e a imagem do judiciário, o qual deve sempre dar pronta resposta a ações deletérias. Nesse sentido, pouco importa considerar primariedade, bons antecedentes, residência fixa e profissão definida. A garantia da ordem pública é soberana. O caso criminoso em foco causou repercussão e revolta nos cidadãos de Buenos Aires; a paz deles se mostra mais importante do que a liberdade do acusado."

(...)"

201



Saliente-se, ainda, que o fato de o paciente ostentar as exigidas condições favoráveis, não obstem sua segregação, desde que essa se manifeste necessária nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

A propósito, colaciona-se o seguinte precedente a respeito do tema:

"PENAL E PROCESSO PENAL. PRISÃO EM FLAGRANTE POR ROUBO QUALIFICADO. DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. INACOLHIMENTO. PRISÃO CAUTELAR MANTIDA PARA ASSEGURAR A ORDEM PÚBLICA. PRESENTES OS REQUISITOS NOS TERMOS DO ART. 312 DO CPP. PROBABILIDADE DE REITERAÇÃO DA CONDUTA CRIMINOSA. PRIMARIEDADE, BONS ANTECEDENTES E RESIDÊNCIA FIXA, POR SI SÓS, NÃO AUTORIZAM A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. PROCESSO TRAMITANDO REGULARMENTE. NÃO SE DISCUTE MATÉRIA DE MÉRITO EM SEDE DE HABEAS CORPUS. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS DENEGADO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A prisão cautelar foi decretada com fundamento na garantia da ordem pública, não havendo no que se falar em ausência dos requisitos do art. 312 do CPP. 2. Condições pessoais favoráveis como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, por si sós, não autoriza a concessão da liberdade provisória, mormente quando a necessidade da segregação se sobrepõe. 3. (Omissis). 4. (Omissis). 5. Habeas corpus denegado. Decisão unânime." (HC 178091-6. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio. 3ª Câmara Criminal. Julg.: 19/11/2008).

Cumpra esclarecer, por fim, que o debate relativo à classificação do delito atribuído ao paciente (lesão corporal seguida de morte *versus* homicídio qualificado), não cabe na via

estreita do *habeas corpus*, pois implicaria em exame aprofundado de provas.



Em função do exposto, não se vislumbrando constrangimento ilegal, em consonância com o entendimento do Exmo. Procurador de Justiça, voto pela denegação da presente ordem de *habeas corpus*.

É COMO VOTO.

202

Recife, 26 de janeiro de 2010.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator